



EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ: AVANÇOS E DESAFIOS

Dayana Doria Vieira¹

Maria Alice Rezende Gonçalves²

Resumo: Este artigo tem como objetivo relatar duas visitas técnicas com objetivos pedagógicos realizadas no quilombo de Santa Rita do Bracuí do município de Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro destacando os avanços e obstáculos na implementação das diretrizes curriculares da educação escolar quilombola. Desde a introdução das recentes políticas de reconhecimento dos direitos civis das comunidades quilombolas temos avançado como também enfrentado desafios na implementação de uma metodologia especial para esses grupos, a educação escolar quilombola. Concluímos que as políticas públicas da diversidade e de inclusão fizeram surgir um novo sujeito no cenário educacional brasileiro “o quilombola” e uma nova metodologia pedagógica para atendê-los. Entre conquistas e obstáculos na implementação das diretrizes curriculares da educação escolar quilombola, o quilombo de Santa Rita do Bracuí vem procurando formar educadores comprometidos com as demandas do grupo como também garantir a inserção de longa duração desses no sistema de ensino público. Além de garantias do cumprimento, por parte do sistema de escolar local, dos objetivos e metas das diretrizes curriculares da educação escolar quilombola. Procurando aliados seja no governo ou na sociedade civil o quilombo do Bracuí aposta na inclusão de seus membros na sociedade brasileira por meio da educação escolar.

Palavras-chave: educação escolar; quilombo; Rio de Janeiro.

SCHOOL EDUCATION AT THE MAROON SANTA RITA DO BRACUÍ: ADVANCES AND CHALLENGES

Abstract: This article aims to report two technical visits with educational goals made in the maroon of Santa Rita do Bracuí, in Angra dos Reis city, in the state of Rio de Janeiro highlighting the progress and obstacles in implementing the curriculum guidelines of maroon school education. Since the introduction of the recent recognition of political civil rights of the maroon communities, we have advanced but also faced challenges in implementing a special methodology for these groups, the maroon education. We conclude that the public policy of diversity and inclusion gave rise to a new subject in the Brazilian educational scenario "the maroon people" and a new teaching methodology to serve them. Among achievements and obstacles in implementing the curriculum guidelines of maroon school education, the maroon of Santa Rita do Bracuí has been trying to form educators committed to the demands of the group but also ensure the long-term integration of these in the public education system. In addition to guarantees of compliance by the local school system, the objectives and goals of the curriculum guidelines of maroon school education. Looking allies whether in government or in civil society the maroon Bracuí bet on including their members in Brazilian society through education.

Keywords: school education; maroon; Rio de Janeiro.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Atualmente cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ (PPGECC/FEBF/UERJ), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Email: dayanadoria@gmail.com

² Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ (PPGECC/FEBF/UERJ). Email: marialicerezende@uol.com.br



L'ÉDUCATION SCOLAIRE DANS LE MARRONNAGES SANTA RITA BRACUÍ: PROGRÈS ET LES DÉFIS

Résumé: Cet article vise à présenter deux visites techniques avec des objectifs pédagogiques réalisés dans le marronnage de Santa Rita do Bracuí la municipalité d'Angra dos Reis dans l'état de Rio de Janeiro en soulignant les progrès et les obstacles dans l'implémentation directrices du programme de l'éducation scolaire marronne. Depuis l'introduction de la récente politiques de reconnaissance des droits civils des des communautés marronnes ont avancé comme aussi confronté des défis dans l'implémentation d'une méthodologie spéciale pour ces groupes, l'éducation marronne. Nous concluons que la politique publique de la diversité et de l'inclusion ont fait apparaître un nouveau sujet dans le scénario éducatif brésilien "la personne marronne" et une nouvelle méthode d'enseignement pour les servir. Parmi les réalisations et les obstacles dans l'implémentation des directrices du programme de l'éducation scolaire marronne, le marronnage de Santa Rita do Bracuí essaie former éducateurs engagés avec la demande du groupe, mais également veiller à l'intégration à long terme de ceux-ci dans le système d'éducation publique. En plus des garanties de respect, par part du système scolaire local, des objectifs et buts des directrices du programme de l'éducation scolaire marronne. En recherchant alliés qu'ils soient au gouvernement ou dans la société civile, le marronnage Bracuí pari dans l'inclusion de ses membres dans la société brésilienne à travers l'éducation.

Mots-clés: l'éducation; marronnage ; Rio de Janeiro.

EDUCACIÓN ESCOLAR EN EL QUILOMBO SANTA RITA DEL BRACUÍ: AVANZOS Y DESAFÍOS

Resumen: El blanco de este artículo, es relatar dos visitas técnicas con objetivos pedagógicos realizadas en el quilombo de Santa Rita de Bracuí de la municipalidad de Angra dos Reis en la provincia del Rio de Janeiro destacando los avances y obstáculos en la implementación de las directrices curriculares de la educación escolar quilombola. Desde la introducción de las recientes políticas de reconocimiento de los derechos civiles de las comunidades quilombolas se tiene avanzado como también enfrentados desafíos en la implementación de una metodología especial para estos grupos, la educación escolar quilombola. Concluimos que las políticas públicas de la diversidad y de inclusión hicieron surgir un nuevo sujeto en el escenario educacional brasileño "el quilombola" y una nueva metodología pedagógica para atenderlos. Entre conquistas y obstáculos la implementación de las directrices curriculares de la educación escolar quilombola, o quilombo de Santa Rita del Bracuí viene procurando formar educadores comprometidos con las demandas del grupo como también garantizar la inserción de larga duración de estos sistemas de enseñanza pública. Además de las garantías de realización, por parte del sistema escolar local, de los objetivos y metas de las directrices curriculares de la educación escolar quilombola. Procurando aliados sea en el gobierno o en la sociedad civil el quilombo de Bracuí apuesta en la inclusión de sus miembros en la sociedad brasileña por medio de la educación escolar.

Palabras-clave: educación escolar; quilombo; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas estão localizadas em todo território nacional, exceto nos estados do Acre, Roraima e Distrito Federal. Hoje, são 2.197 comunidades, certificadas e tituladas, reconhecidas oficialmente pelo Estado Brasileiro. Conforme o



INCRA (2015), do ano de 2005 até o momento atual apenas 28 territórios receberam títulos definitivos. A maior parte das comunidades quilombolas localizam-se nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Segundo o Decreto 4887/2003, as comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição da escravatura originados de diferentes situações como: doação de terras; conquistas de terras por prestação de serviços inclusive de guerra. Conforme o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombola/ Programa Brasil Quilombola da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)³ (2004), na rubrica comunidade quilombola considera-se também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordem religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos.⁴

A Constituição Federal de 1988 passou a reconhecer a legitimidade de posse e propriedade de terras consideradas quilombos por meio do artigo 68 – aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos. Atualmente cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a demarcação das terras quilombolas. Segundo Arruti (2006) a constituição federal Arruti (2006) tratou da certificação dos direitos as comunidades remanescentes por meio de duas concepções bem distintas: uma de modo primordialista e a outra de maneira ressemantizadora. O autor destaca que essas oposições para classificação das comunidades acarretaram de modo contundente o atraso para o reconhecimento dos grupos tanto no campo jurídico quanto no meio político, ou seja, originaram a demora pela oferta da garantia dos direitos territoriais as quais lhes foram destinadas. De

³ O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007).

⁴ Base Legal – Comunidades Quilombolas: Constituição Federal de 1988; Convenção 169 da OIT; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007; Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007; Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007; Instrução normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 e Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. (Fonte: Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Brasília. SEPPIR. 2013)



acordo com o site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ⁵ o primeiro título expedido a uma comunidade remanescente de quilombo somente ocorreu em 1995, sete anos após a aprovação da Constituição. Além disso, outro impasse foi a ressemantização incorporada ao conceito. A incorporação do termo quilombo intensificou o estereótipo de que essas comunidades ainda vivem das sobras residuais do passado, logo não passam de uma lembrança de algo que não existe mais, já que o regime escravocrata acabou. Porquanto sabemos que essas comunidades têm fortes laços culturais ligados ao passado, sendo exemplificadas na manutenção da prática em cultivar a ancestralidade ou no modo sustentável de viver. Entretanto tiveram que reinventar algumas de suas tradições para manter-se no presente como sujeitos ativos pertencentes de uma identidade étnica. O fortalecimento da identidade pode ser mais bem compreendido através dos estudos de Barth (1996) que nos contemplou com a constatação de que quanto mais forte e unificado for o pertencimento étnico de um grupo, mais sólida será a sua identidade a nível político. Apesar de a ambiguidade entre o binômio “memória e direito”, a Constituição de 1988 teve um saldo positivo ao promover o redirecionamento e a visibilidade desses indivíduos não mais como pertencentes a grupos extintos e marginalizados, mas como sujeitos ativos e contribuintes da formação nacional do país. Segundo Arruti (2006) o artigo 68 da Constituição Federal não apenas reconheceu o direito que as comunidades remanescentes de quilombos têm as terras que ocupam, como criou tal categoria política e sociológica por meio da reunião de dois termos aparentemente evidente.” São considerados marcos legais para a educação escolar quilombola a lei 10639/03 que altera a lei de diretrizes e base (LDB/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Este artigo tem como objetivo relatar duas visitas técnicas com objetivos pedagógicos realizadas no quilombo de Santa Rita do Bracuí do município de Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro destacando os avanços e obstáculos enfrentados na implementação das diretrizes curriculares da educação escolar quilombola. Segundo Gomes e Reis (1996) onde houve escravidão houve resistência de vários tipos, no entanto houve um tipo de resistência que se pode caracterizar como a mais típica da escravidão e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos. Os grupos de escravos em fuga foram chamados, no Brasil,

⁵ Disponível em

http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/Quilombolas/novas/titulos_expedidos.pdf.



de quilombos e mocambos e seus membros, não necessariamente negros, eram chamados de: quilombolas, calhambolas ou mocambeiros. Gomes (1996), em seu estudo sobre os quilombos na província do Rio de Janeiro no período colonial, observa que a relação dos quilombos com a sociedade envolvente, e não seu isolamento, explica sua formação e sobrevivência. O Estado do Rio de Janeiro⁶, como os demais estados onde são encontradas as comunidades quilombolas, apresenta um conjunto heterogêneo de comunidades se considerarmos a sua origem. Contemporaneamente, a memória desses grupos é atualizada e disseminada por meio de políticas públicas que buscam o reconhecimento dos direitos civis e valorização da cultura produzida por esses grupos, além de visar o fortalecimento da autoestima das populações quilombolas. Enfatizaremos, neste artigo, as medidas que visam à implementação de uma educação quilombola prevista nas diretrizes curriculares nacionais.

Schumacher e Barbosa (2005) em manual, “*Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros*”⁷, destinado aos educadores e às educadoras das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro e das demais escolas do sistema educacional brasileiro destaca sete quilombos localizados nesse estado – Campinho, Bracuí, Caveiras/Botafogo, Machadinho, Rasa, São José e Santana. Nesse documento os quilombos são apresentados através “das falas de sua gente” buscando recuperar e estabelecer a ligação entre o ontem e o hoje. Segundo o mesmo manual considera que: os quilombos do século XXI convivem com a mesma sensação de seus antepassados. Ou seja, também pisam em um chão que, embora pela justiça lhes pertença, ainda não é, de fato, seu. Em destaque encontramos um depoimento de Dona Joana Azevedo dos Santos do Quilombo Santa Rita do Bracuí que relata a chegada da empresa Bracuhy que segundo os moradores foi a responsável pela perda de parte das terras do quilombo. Na disputa pelas terras muitos quilombolas se foram ou mudaram do litoral para dentro da fazenda.

A imobiliária Bracuhy invadiu “(...) trouxe polícia, oficial de justiça pra mim assinar um livro de contra-fê. Eles disseram: “Dona Joana eu vim aqui para senhora assinar esse livro – um livro desse tamanho ó! – estou aqui com 3 policiais e eu sou oficial de justiça. Ou a senhora assina ou sua casa vai ser

⁶ De acordo com as informações disponíveis no site da Fundação Cultural Palmares até o dia 31 de Dezembro de 2015, 32 comunidades quilombolas do RJ já tinha sido reconhecidas por esta instituição e 3 comunidades estavam aguardando visita técnica.

⁷ Esse manual foi distribuído pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação em 2005.



queimada”. Então eu respondi: “olha, eu digo pro senhor que assinar eu não assino e minha casa, queima (...). “Ele falou assim: A senhora é muito valente, mas eu vou levar seu nome pro juiz!” (...) Eu falei que ele podia levar mesmo. Com uns cinco dias chegou aqui um rapazinho com um livro na mão. Dizendo: “Aqui, Dona Joana, isso é uma intimação que o juiz mando pra senhora”. (p.13)

No município de Angra dos Reis e arredores podemos encontrar comunidades quilombolas e indígenas. Todas elas participam da vida social do município, do mercado de trabalho, do sistema de ensino e demais espaços públicos, no entanto, essa integração permanece ameaçada devido à necessidade de atendimento as especificidades de cada uma dessas comunidades. As recentes políticas públicas que visam à plena integração dessas sugerem a implementação de uma metodologia adequada às demandas dessas comunidades. No que tange a integração no sistema de ensino as diretrizes curriculares nacionais sugerem uma metodologia especial destinada aos quilombolas. Angra dos Reis é um município no estado do Rio de Janeiro que guarda contradições no que diz respeito a sua população. De um lado temos a população local: trabalhadores urbanos e rurais e comunidades quilombolas e indígenas locais. Do outro, luxuosos condomínios e ilhas paradisíacas que recebem constantemente visitantes oriundos das classes mais altas da sociedade nacional, além de visitantes estrangeiros. Nesta realidade desigual está localizado o quilombo Santa Rita do Bracuí. Desde a criação de políticas públicas, a primeira década do século XXI, visando o reconhecimento do direito a uma metodologia especial para as comunidades quilombolas temos avançado como também enfrentado desafios na implementação dessa metodologia.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DA DIVERSIDADE

Desde a introdução das recentes mudanças na agenda pública em direção à valorização da diversidade étnica e cultural da população brasileira temos avançado como também enfrentado desafios na implementação de uma metodologia para a educação quilombola. As discussões sobre as políticas públicas de reconhecimento da diversidade tiveram como marco, as décadas finais do século XX e início dos anos 2000, sobretudo as que traziam a variante racial. Um dos motivos para que a efervescência desse debate ocorre-se foi à redemocratização da sociedade brasileira e junto às demandas do movimento negro. Além disso, no cenário internacional um movimento intenso de discussões realizadas pela Organização das Nações Unidas



(ONU), por meio do agenciamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e (UNESCO), delegava que seus países membros repensassem as políticas compensatórias que promovessem a igualdade racial, étnica e de gênero em suas diferentes camadas sociais.

A exclusão da população negra em diversos campos da vida social brasileira, sobretudo no sistema educacional, pode ser comprovada nos dados estáticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre renda socioeconômica, nível escolaridade e tipos de ocupações em postos de trabalho etc. HENRIQUES (2002) faz uso de dados produzidos pelo IBGE para compreender as desigualdades raciais estruturais no Brasil. Por meio de dados coletados ao longo da década de 1990 o autor afirma que 58% do diferencial salarial entre brancos e negros está associado à desigualdade educacional, sendo uma parte derivada da discriminação gerada no interior do sistema educacional e outra infligida às gerações dos pais dos estudantes. (p.31) O argumento da existência de desigualdades raciais estruturais advindas do racismo tem justificado a promoção de políticas e ações de inclusão para os afro-brasileiros. A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela vida coordenada pelo Movimento Negro (1995) e a 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatadas de Intolerância – promovida pela Organização das Nações Unidas ocorrida em 2001 na cidade de Durban na África do Sul corroboraram para a emergência de políticas inclusivas para negros no país.

Vale ressaltar que no cenário de muita resistência e disputas o Estado engendra ações que visam à promoção da diversidade no sistema de ensino e em outros campos da vida social nas primeiras décadas dos anos 2000. A Conferência da ONU, em especial, fez com que o governo brasileiro assumisse medidas mais concretas em relação às políticas educacionais. Em virtude deste compromisso é criada em 2003 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial (SEPPIR) e em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ligada ao Ministério da Educação. A referida secretaria tem, entre outros objetivos, contribuir para a promoção da educação inclusiva de grupos sub-representados no ensino básico. É na SECADI que o tema da educação escolar quilombola se inscreve.



Ainda em 2003, junto com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁸, o governo brasileiro aprova a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (LDB/96) e torna obrigatório o ensino da história e da cultura dos africanos e afro-brasileiros na educação básica. Para o fortalecimento da aplicabilidade da referida Lei, em Junho de 2004, o presidente do conselho nacional de educação Frota Bezerra aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana, sendo esta direcionada não só para a educação básica como também para as Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. Em março de 2008 é aprovada a Lei 11.645 que também altera a LDB/1996 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Cabe ainda destacar duas marchas promovidas pelo movimento negro com reivindicações de inclusão dos afro-brasileiros no sistema de ensino: a “Marcha Zumbi + 10: Pela Cidadania e a Vida” ocorrida em 2005 e a Marcha Quilombola ocorrida em 201, ambas em Brasília. Foi nesta última que saíram as principais reivindicações para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar quilombola (DCNEEQ), sendo aprovada somente em Junho de 2012. No que tange a educação escolar quilombola a aprovação das DCNEEQ aponta para avanços no aparato político pedagógico, pois este documento é o primeiro a nortear toda a especificidade que esta modalidade da educação exige.

No ensino superior as mudanças voltadas para a inclusão da população afro-brasileira instaurou-se em 2001, quando algumas universidades passaram adotar o programa de ações afirmativas, por meios de cotas ou bonificação, cujo objetivo era a inclusão dos grupos sub-representados no ensino superior⁹. Apesar da polemica deflagrada especialmente no que tange as vagas a serem ocupadas, considerando a raça/cor do candidato, as avaliações têm apontado para um saldo positivo, ou seja, ao diversificar e democratizar o acesso, as universidades têm contribuído para a inserção de grupos historicamente discriminados como também não perderem sua qualidade educacional. No cenário mais recente sobre os avanços das políticas de promoção da

⁸ Em 2015, a reforma ministerial promovida pela presidente Dilma Rousseff transfere as atribuições da extinta SEPPIR para o Ministério da Cidadania.

⁹As universidades do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual da Bahia foram pioneiras nesses experimentos.



igualdade racial se estende a pós-graduação. Em 2014 várias universidades federais e estaduais aderem tais como: Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Pará, Universidade de Brasília, Universidade Estadual da Bahia e as Universidade Estaduais do Rio de Janeiro.

Em algumas universidades federais foram reservadas vagas para quilombolas e cursos de graduação voltada para a formação do educador quilombola. Segundo HALL (2011) a globalização provocou a fragmentação das identidades nacionais. Esse fenômeno fez com que os grupos étnico-raciais fortalecessem suas identidades, se organizassem e pressionasse o seu reconhecimento de seus direitos e identidades. Desta forma o reconhecimento dos particularismos acabou ocasionando a reconfiguração dos Estados levando em conta o reconhecimento da diversidade étnico-racial e a promoção de medidas que conduzissem a igualdade entre os nacionais. Apoiado nesse fato o Brasil também passou a reconhecer os grupos que compunha a sua formação, demandando para estes políticas compensatórias de integração na sociedade. E é neste quadro que surgem as políticas para a educação étnico-racial e quilombola.

VISITANDO AO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ

A implementação da lei 10639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB/96), tem exigido esforços de várias instituições educativas entre elas os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e grupos correlatos das universidades públicas brasileira. Em 2014, cumprindo os objetivos do Programa UNIAFRO o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro ofereceu cursos de extensão para educadores. Por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro se propunha a apoiar a implementação da lei 10639/03 nas redes de educação básica, públicas e privadas, atendendo, dessa forma, os objetivos cunhados pelo Ministério da Educação para o Programa. Segundo a Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008, o Ministério da Educação estabeleceu critérios para assistência financeira às instituições de educação superior com o objetivo de fomentar ações voltada para a formação inicial e continuada de professores da educação básica e para a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO).



Fazia parte das atividades curriculares dos cursos de História e Cultura Negra promovidos pelo NEAB UERJ a realização de visitas guiadas a uma comunidade quilombola. Na primeira visita podemos conhecer o trabalho pedagógico das duas comunidades: a aldeia Guarani e o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, a primeira indígena e a segunda quilombola, ambas situadas no município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Essa atividade foi ampliada com a incorporação de docentes e discentes do programa de pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ). O objetivo dessa primeira visita foi termos o contato direto com as lideranças dessas duas comunidades e, assim, sabermos um pouco a respeito da implementação das diretrizes curriculares da educação indígena e quilombola. Essas duas comunidades, próximas uma da outra, estão apartadas dos centros urbanos por poucos kms. Universo tão perto de nós, docentes e discentes universitário, e ao mesmo tempo, tão desconhecido. Em uma segunda visita fomos apenas à comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí.

OS QUILOMBOLAS DO SANTA RITA DO BRACUÍ

“Sem ‘h’ e com ‘i’ nada de ‘y’, porque isso foi invenção da imobiliária que veio pra expulsar a gente das terras”, corrigindo a grafia do nome do quilombo os moradores do Bracuí iniciam sua narrativa sobre as origens do quilombo. (Brasil/Mec, 2005). A comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, encontra-se localizada em Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro, beirando as margens da rodovia Rio – Santos, também conhecida como BR 101. Assim como algumas outras comunidades quilombolas, Santa Rita do Bracuí também localiza sua origem no episódio da doação de terras do território do qual ocupam feita por um fazendeiro.

De acordo com as informações do site brevescafé¹⁰ o terreno onde fica a comunidade fazia parte da antiga fazenda de Santa Rita do Bracuí, que pertenceu ao comendador José de Souza Breves, irmão de Joaquim Breves, conhecido como Rei do café no Brasil Império. O comendador casou-se com sua sobrinha, Rita Clara de Moraes Breves, porém não tiveram filhos. Acabou falecendo em 1879, deixando em seu testamento a libertação de todos os seus escravos nascidos nas suas fazendas de Bracuí,

¹⁰ <http://brevescafe.net/quilombodobracui.html>



Cachoeira e Cachoeirinha e uma doação formal da propriedade do Bracuí para os que ali residiam.

Apesar da doação, a posse das terras sempre ocorreu de um jeito truculento, pois era constante a luta contra os grileiros. No entanto nos anos 1960 essas disputas fundiárias sucederam de modo bem mais acirrado por conta da construção da rodovia Rio – Santos. Pode-se dizer que a criação desta estrada foi a principal causa geradora da valorização do espaço e do apogeu das grandes especulações imobiliárias. Circunstância esta que ocasionou os remanescentes quilombolas também, a disputar o domínio pelas terras com os grandes empresários, sobretudo os do ramo da indústria turística. Isso dar se ao fato da região abranger uma grande quantidade de áreas verdes, cercado por uma bela cachoeira.

Em 1978 os moradores entraram com uma ação ordinária de reivindicação, através da FETAG-RJ¹¹, que defendeu a tese de posse imemorial para comprovar que os moradores eram descendentes dos escravos libertos pelo comendador José Breves. No entanto somente em 1999 que a Fundação Cultural Palmares reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo da extinta fazenda de Santa Rita do Bracuí. E só emitiu a sua certificação no dia 22 de Dezembro de 2011¹². Até a presente data deste estudo a comunidade ainda não portava o título definitivo de titulação das terras.

Como já foi dito, no Estado do Rio de Janeiro encontramos uma variedade de situações fundiárias. O quilombo do Campinho da Independência em Paraty foi o primeiro a receber a titulação de suas terras. No estado encontramos comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, entre eles está a Quilombo do Bracuí, quilombos recentemente descobertos e em processo de requerimento de identificação como também áreas com características de quilombo consideradas assentamentos (terras doadas pelo INCRA).

Previamente agendada, a primeira visita ao quilombo ocorreu em 08 de Fevereiro de 2014, tivemos a oportunidade de conhecermos a Aldeia Guarani onde assistimos a uma palestra de um educador indígena que nos narrou principalmente as

¹¹ Federação de trabalhadores na agricultura do Rio de Janeiro. Este órgão se mobiliza pela defesa e pelos interesses da categoria da Reforma Agrária, Assalariados, Políticas Sociais, Políticas Agrícolas, Políticas para Juventude, Políticas das Mulheres e da pessoa Idosa.

¹² Disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=88#.



dificuldades em dar continuidade às conquistas proporcionadas pela educação destinada aos indígenas. Dentre elas destacamos a dificuldade de permanência dos educadores indígenas no sistema de ensino visto que só com a aprovação em concursos públicos eles podem dar continuidade ao trabalho pedagógico iniciado nas escolas públicas locais. Após esse breve contato fomos para o quilombo sendo recebidos por duas moradoras: Dona Marilda Souza e Dona Luciana Silva, ambas membros da liderança da Associação de Remanescente de quilombos de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA). Essa associação é a representante legal das demandas dos quilombolas do Bracuí. Ela é liderada pelos moradores mais antigos como o Sr. José Adriano, Sr. Manoel Moraes, Dona Celina Cirilo, Dona Marilda Sousa e pelos mais novos líderes Emerson Ramos e Luciana Silva. A Sede é decorada com grafites da imagem de Santa Rita, padroeira da comunidade, sendo este local o espaço oficial das reuniões e das festas tradicionais. Em visita ao local observamos que o teto havia desabado e os quilombolas nos disseram que estavam procurando recursos financeiros para repará-lo. Nos arredores do quilombo também existe a capela de Santa Rita, construída na fazenda pelo comendador, em homenagem à sua mulher, que se mantém preservada até os dias atuais. A conservação pelos monumentos erguidos no período escravocrata pelo então comendador também é observado no cemitério construído nas imediações do quilombo.

Figura 1. Santa Rita do Bracuí, padroeira da comunidade



Fonte: <https://www.facebook.com/quilombobracui/>



Figura 2. Capela de Santa Rita do Bracuí



Fonte: <http://brevescafe.net/quilombodobracui.html>

Logo quando chegamos nós foi servido o almoço, com alimentos cultivados no próprio quilombo, na área externa da residência de Dona Marilda. O cardápio era: arroz, feijão, salada e frango com palmito Jussara, suco de goiaba e bananas como sobremesa. Enquanto comíamos a família que nos recepcionou contava histórias sobre o quilombo e as relações estabelecidas com pessoas e organizações externas. Em seguida fomos convidados para uma palestra sobre a história do quilombo. Como a temperatura estava elevada Dona Marilda sugeriu que fossemos para a cachoeira próxima. Enquanto ouvíamos sua narrativa nos banhávamos, nos refrescávamos do calor intenso. No entorno da cachoeira podemos avistar um condomínio de casas que Dona Marilda logo nos avisou tratar-se de uma área pertencente ao quilombo e que eles não tinham mais domínio daquela área.

Imersos nas águas da cachoeira, iniciamos uma conversa informal. Dona Marilda narrou a história do surgimento do quilombo e o atual cenário de lutas pela titulação das terras. O relato de D. Marilda é bem semelhante às informações encontradas no site Breves Café. Segundo a moradora a disputa ocorre contra as grandes empresas do ramo imobiliário de Angra dos Reis que tentam ocupar este espaço com o desejo de construir hotéis de luxo e outros atrativos turísticos. Isto se efetuava ao fato dos moradores não terem a terra titulada, apenas certificada. Naquela ocasião o quilombo de Santa Rita do Bracuí possuía aproximadamente 380 famílias, número este



que aumentava a cada ano devido aos nascimentos de novos quilombolas. Nessa ocasião também fomos informados dos avanços e problemas no processo de implementação das diretrizes curriculares quilombola.

Figura 3. Visita realizada ao Quilombo Santa Rita do Bracuí / Turma do Curso de história e cultura negra NEAB UERJ.



Fonte: acervo pessoal da autoras

Retomamos a mesma comunidade alguns meses com um segundo grupo de alunos do mais um curso de história e cultura negra também organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. A visita seguiu o mesmo roteiro orientado pela plena integração entre os visitantes e os “quilombolas”. Cabe observar que a liderança desse quilombo já domina o jargão acadêmico, ou seja, participam de congressos e conferências, alguns educadores quilombolas são universitários ou já concluíram o curso de graduação em Educação no campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esta situação nos aproxima de alguns líderes. O nosso terceiro encontro com uma das lideranças do quilombo Santa Rita do Bracuí foi em Lisboa/Portugal no Congresso LusoAfroBrasileiro (CONLAB/2014). Nessa ocasião uma das lideranças nos presenteou com um DVD sobre o Quilombo. Este material foi produzido em parceria com pesquisadores da Universidade Federal Fluminense. Os moradores do quilombo do Bracuí contemporâneo ainda guardam vivas as tradições de matriz africanas presentes em Angra dos Reis. De acordo com Mello (2012).

O termo qualificativo “remanescentes” é sugestivo por si só, pois revela a expectativa de encontrar, nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos, como se elas fossem estáticas ao tempo. Assim, a categoria remanescentes de quilombos não se referiria à sobra do passado, nem a uma

cultura congelada no tempo, mas à utilização dessa forma de identificação por coletividades em busca de reconhecimento no presente. (p.43)

O Quilombo Santa Rita do Bracuí não é uma comunidade isolada com seus membros desconectados com o que se passa na sociedade nacional. Nossos quilombolas estão na rede social *Facebook*¹³, estimulam a produção acadêmica por meio de dissertações e teses, reforçam sua tradição por meio de manifestações culturais consagradas como de matriz africana. No quilombo podemos encontrar grupo de jongueiros que participam de encontros regionais e nacionais e internacionais difundindo o jongo do sudeste. Esta manifestação cultural foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Hoje, esses grupos de quilombolas do sudeste brasileiro buscam a preservação dessa manifestação por meio de encontros apoiados por organizações não governamentais, universidades entre outras instituições. No contexto contemporâneo as práticas do jongo são reinventadas e atualizadas servindo para dar visibilidade para a comunidade e para incluir as crianças e jovens em ações educativas. Nas festas e nos encontros a tradição jongueira se mantém viva.

Figura 4. A festa terminou com uma grande roda de Jongo / Jongo do Bracuí, Campinho, São José da Serra do Pinheiral



Fonte: <https://www.facebook.com/quilombobracui/>

Segundo o IPHAN, o jongo no Sudeste é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro.

¹³ <https://www.facebook.com/quilombobracui/>



Foi inscrito no Livro de Formas de Expressão em 2005 (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/59>). Em parceria com a Universidade Federal Fluminense eles participam do projeto Ponto de Cultura Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu: História, memória e patrimônio¹⁴. O referido projeto mantém atividades culturais e oficinas de capacitação em audiovisual, capoeira, jongo, musicalização, percussão, ecoturismo e artesanato. Nota-se que a ação das mencionadas atividades ajuda há fortalecer a identidade quilombola entre as novas gerações, como também contribui para a sobrevivência da ancestralidade africana neste lugar.

Como o quilombo se localiza no município fluminense de Angra dos Reis, próximo ao município do Rio de Janeiro, as visitas a essa comunidade e a outras do estado são frequentes. Desde a criação de uma metodologia pedagógica para os grupos classificados como quilombolas pela legislação federal, essas comunidades criaram certa “intimidade” com os procedimentos administrativos, educativos e culturais a nível municipal, estadual e federal. Assim, as políticas públicas instituíram um novo personagem na agenda governamental “o quilombola”. O fato de alguns membros da comunidade circularem pelos espaços governamentais ou acadêmicos não significa que consigam minimizar as barreiras que impedem a implementação de uma educação de qualidade para os quilombolas.

QUEM SÃO OS EDUCADORES QUILOMBOLAS?

O sistema de ensino brasileiro nos últimos dez anos passou por relevantes mudanças no que diz respeito à maneira de compreender as singularidades dos sujeitos que compõem as instituições escolares. Debates acerca das questões sobre identidade e diferença se tornaram recorrente na esfera macro-social exemplificada nas audiências públicas e em nível micro nas reuniões internas das instituições escolares. Estas discussões partem do desdobramento do Estado ter reconhecido às particularidades existentes em seu interior. E como ação de identificação passou a demandar políticas compensatórias destinadas a esses grupos. Nessa situação destacam-se ações de reconhecimento de grupos étnicos (entre eles os remanescentes quilombolas) e políticas de inclusão em diferentes esferas sociais (saúde, educação, trabalho, entre outros.).

¹⁴ Este projeto é desenvolvido juntamente com o apoio de outras comunidades quilombolas e em parceria com a Universidade Federal Fluminense. A UFF trabalha como mediadora nas atividades desenvolvidas entre os quilombos. Disponível em <http://www.pontaojongo.uff.br/>



Dentre as aprovações das políticas educacionais que ampararam o direito de grupos historicamente excluídos de gozarem de uma educação completa e de qualidade no que tange as especificidades de seus membros, destaca-se a aprovação em 2012 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Esta política introduz no sistema de ensino a chamada educação quilombola, uma modalidade para a educação básica.

Luciana, uma educadora quilombola graduada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), considera que a educação escolar quilombola ainda é um objetivo a ser alcançado pela comunidade. De acordo com a professora existia uma elevada evasão escolar por parte dos jovens quilombolas. Ela mesma foi uma das poucas que ingressaram no sistema de ensino superior público. Quando estudou na UFRRJ não estava trabalhando, porque se encontra envolvida com projetos educacionais, de valorização da autoestima de crianças negras e de permanência do jongo caxambu da comunidade¹⁵, porém desejava ter um emprego de longa duração no sistema de ensino. Acredita que assim poderia levar de fato a cultura quilombola para dentro das salas de aulas. De acordo com a professora Luciana, no período em que foi realizada as visitas não havia escola quilombola¹⁶ na região. As crianças frequentam escolas regulares, que não desenvolvia nenhuma atividade com referencia as DCNEEQ¹⁷ e DCNEREs¹⁸, bem como a lei 10.639/03. Ela afirmava que os jovens quilombolas sofriam um grande impasse ao adentrarem a escola, pelo fato de os ensinamentos apreendidos no cotidiano da comunidade em nenhum momento dialogam com as atividades escolares. O que, segundo ela, ocasionava a baixa autoestima de muitos desses jovens, desmotivando-os de prosseguirem com seus estudos ou em situação contrária prosseguiam, mas não tinham mais a vontade de retornar há comunidade. A escola desarticulada com as diretrizes da educação quilombola acaba por desmotivar os quilombolas a continuarem no sistema de ensino por não conseguirem visualizar sentido no conhecimento ofertado pela escola ou por provocar o rompimento dos laços com a comunidade de origem. Poucos, como ela, conseguem

¹⁵ Contrato precário no Projeto Ponto de Cultura Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu: História, memória e patrimônio.

¹⁶ Atualmente existe a Escola Municipal Áurea Pires da Gama.

¹⁷ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Disponível em

¹⁸ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico – Raciais. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>.



conviver com essa “esquizofrenia pedagógica”. Como forma de driblar esta problemática, a própria comunidade criou e desenvolve projetos pedagógicos como: contação de história, sarau, roda de jongo entre outras atividades que valorizam a identidade quilombola e a cultura de matriz africana. Com esses novos projetos a separação entre escola e a comunidade foi minimizada porque os jovens que estavam terminando ou que já havia terminado os seus estudos estavam retornando ao seu lugar de origem, trazendo um olhar crítico e político sobre a situação histórico-social da comunidade.

À medida que as ações pedagógicas foram florescendo, a professora Luciana que na época ainda estava na graduação conseguiu o apoio de uma professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que fazia visitas uma vez por mês ao Quilombo para auxiliar no aperfeiçoamento e crescimento do projeto social. Essa professora junto com as lideranças da ARQUISABRA vinha discutindo meios e estratégias de fortalecimento do diálogo da comunidade com a Secretaria Municipal de Educação a fim de criar uma escola quilombola na região; ofertar de cursos de educação continuada para professores da educação básica para que estes compreendessem e atendessem a especificidade que esta modalidade de educação escolar quilombola. O desempenho dessas ações renderam frutos. Em 2015, foi inaugurada a primeira escola quilombola no município de Angra dos Reis chamada Escola Municipal Áurea Pires da Gama, localizada na Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A educação quilombola é compreendida como uma educação destinada a atender estudantes oriundos dos remanescentes quilombos seja em escolas localizadas dentro do próprio território quilombola ou escolas regulares que tenha em sua matrícula um expressivo número de estudantes procedentes dos quilombos. Ela deve ter como referência valores culturais, históricos, sociais e econômicos dessas comunidades, ou seja, trata-se de uma educação diferenciada onde se trabalha a realidade a partir da história de luta e resistência desses povos bem como dos seus valores civilizatórios. A luta por sua estruturação como modalidade de ensino aparece em todas as comunidades quilombolas, pois inúmeros problemas como: a precariedade nas instalações escolares, a rotatividade dos professores nestas localidades, o nível de instrução dos docentes relacionados a esta cultura; a pouca presença de educadores oriundos de quilombo.



Educadores desse tipo são considerados mais aptos, pelos especialistas e pelas próprias comunidades. Além de impedirem que o currículo seja descontextualizado da realidade destes educandos.

Desde 2010, a democratização da educação quilombola, faz parte do texto do documento final elaborado pelo Ministério da Educação na Conferência Nacional de Educação (CONAE).¹⁹ Na ocasião era solicitado que o Estado não atua-se de modo omissivo e nem com neutralidade na oferta pela garantia do direito dos remanescentes quilombolas ao gozo da educação. De acordo com o referido documento o Estado deveria assegurar não só uma política específica que contemplasse as peculiaridades para a educação escolar quilombola como também garantisse a participação das comunidades nos conselhos referente a educação nos três entes federados. Quanto à educação quilombola:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas. (MEC, 2010, p 132.)

Nota-se que o texto elaborado durante a CONAE 2010 foi expressivo no âmbito político, pois ratificou a necessidade dos órgãos públicos promoverem a reorientação educacional específica direcionada às comunidades quilombolas. Da mesma maneira também colaborou para que houvesse uma maior participação das lideranças quilombolas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombolas (DCNEEQ).

Ao analisar o conteúdo do texto das DCNEEQ podemos perceber que ele propõe que as escolas ao construírem o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) articule um

¹⁹ O documento final elaborado durante a CONAE de 2010 que tratava da alusão a democratização da educação quilombola foi um dos instrumentos que fortaleceu as reivindicações da Marcha Quilombola de 2011 em Brasília em seu pedido por uma política específica quilombola no âmbito escolar.



diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local. A escola deve, portanto, valorizar as tradições culturais das comunidades, seja ela, a religião, o valor dado a terra, o desenvolvimento sustentável, a luta pelo direito a terra e o seu território. Uma vez que seus descendentes se apropriam desses valores e práticas para compreender o meio em que estão inseridos e recriam novas práticas para se afirmarem e manterem sua identidade étnica no presente.

No entanto mesmo com esse aparato institucional alguns obstáculos e desafios ainda precisam ser superados para que a tão sonhada educação democrática e de qualidade possa ser alcançada por todos os membros da sociedade brasileira. Por ser uma modalidade recente, as escolas e seus docentes de uma maneira geral encontram dificuldades e certa resistência em se reorganizar e se reestruturar para atender esses “novos”²⁰ sujeitos que estão chegando a suas salas de aula. Fatos como este acabam provocando nas comunidades quilombolas a busca de outros caminhos pedagógicos para complementar a educação de suas crianças. Ensinos escolares entrem em diálogo com os ensinamentos e valores de sua cultura quilombola. A comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí foi uma daquelas que se mobilizaram na busca de diálogo entre os valores quilombolas e os valores escolares, ou seja, buscaram meios para que houvesse a junção desses dois modos de educação formal e não formal.

Segundo Moreira (2011) as escolas tem em seu núcleo um “arco-íris de culturas” que apesar de fazer o trabalho docente desafiador e complexo tem a obrigação de formar sujeitos críticos e reflexivos independentes das questões que os difere. Porquanto sabemos que as identidades são categorias socialmente construídas no dia-dia. Logo é no interior das instituições escolares que elas vão operar de modo contundente na (re) produção de sentidos pelo/e dos indivíduos, ou seja, é no cotidiano que os sentidos performativos de uma dada identidade são produzidos. Para Silva (apud Moreira, 2011: 43)

“(…) o que dizemos contribui para reforçar uma identidade que, em muitos casos, pensaríamos estar apenas descrevendo. A força de um ato linguístico no processo de produção de identidade vem de sua repetição, especialmente da possibilidade de sua repetição.”(p.43)

²⁰ Novos no sentido de identificados e não de uma aparição ou surgimento sem contexto, pois esses sujeitos já existiam antes do reconhecimento legal do Estado.



Assim, as ações pedagógica de valorização da diferença precisa ser efetuado de modo que o diálogo entre os “diferentes” e os ditos “aceitos” seja estabelecido de forma respeitosa e não de forma que intensifique ainda mais a exclusão. Moreira (2011) apresenta sete metas e estratégias que visam amparar o trabalho que envolve as questões das identidades e diferenças no espaço escolar, sendo elas: (1) Procurar aumentar a consciência das situações de opressão que se expressam em diferentes espaços sociais; (2) Propiciar ao/ à estudante a aquisição de informações referentes a distintos tipos de discriminações e preconceitos; (3) Estimular o desenvolvimento de uma imagem positiva dos grupos subalternizados; (4) Favorecer a compreensão do significado e da construção de conceitos que tem sido empregado para dividir e discriminar indivíduos e grupos, em diferentes momentos históricos e em diferentes sociedades; (5) Facilitar ao/à estudante a compreensão e a crítica dos aspectos das identidades sociais estimulados pelos diferentes meio de comunicação; (6) Propiciar ao aluno a possibilidade de novos posicionamentos e novas atitudes que venham caracterizar propostas de ação e intervenção; (7) Articular as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar quilombola é uma modalidade da educação que perpassa todas as etapas do ensino básico: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Ela é destinada a atender estudantes oriundos dos remanescentes quilombos seja em escolas localizadas dentro do próprio território quilombola ou escolas regulares que tenham em sua matrícula um expressivo número de estudantes procedentes de quilombos. Deve ter como referência valores culturais, históricos, sociais e econômicos dessas comunidades, ou seja, trata-se de uma educação diferenciada onde se trabalha a realidade a partir da história de luta e resistência desses povos bem como dos seus valores civilizatórios. Um dos grandes desafios de quem educa e forma alunos em comunidades remanescentes de quilombo é valorizar a tradição oral numa sociedade que prioriza a língua escrita. Todavia devemos salientar que a cultura da oralidade é o elemento que mais se destaca no modo de reprodução dos valores étnicos e culturais deste grupo.

Esse artigo procurou dar destaque às iniciativas pedagógicas de valorização da cultura quilombola em suas comunidades e na relação estabelecida entre o quilombo e a escola. Nas duas visitas que fizemos ao quilombo Santa Rita do Bracuí, além dos



contatos posteriores com as lideranças locais podemos concluir que: o relato de uma educadora local realça a necessidade de as escolas cada vez mais trabalharem nos seus currículos e projetos políticos pedagógicos o tema da diversidade cultural dando voz e visibilidade a todos os sujeitos que compõem essa instituição. Além disso, o relato também contribuiu para alertarmos que a prática pedagógica da “isotropia” seja reduzida, ou seja, a abordagem monocultural seja dominante nos espaços escolares. Uma vez que o discurso multicultural coloca em evidencia sujeitos e contextos culturais distintos.

Ademais para pensar a consolidação de uma educação quilombola de qualidade não basta apenas abordar as questões que envolvem a prática docente, mas sim um conjunto de fatores que visam subsidiar essa modalidade de ensino. Tal como o traçado das políticas públicas que contempla este tipo de educação, os cursos de extensão e aperfeiçoamento dos docentes, as estruturas das escolas quilombolas e os financiamentos e programas governamentais destinados a elas. O caminho é longo, porém já conseguimos avançar em alguns pontos com os documentos oficiais do Estado que reconhece o direito desses grupos de gozarem dos diversos serviços sociais como saúde, educação, moradia, entre outros.

Como forma de driblar os problemas de evasão, abandono da comunidade de origem, ausência da temática quilombola e de educadores quilombola na escola, o quilombo Santa Rita do Bracuí implementou diferentes projetos sócio-culturais além de fortalecer o diálogo entre a comunidade e a secretaria municipal de educação. O saldo foi positivo. Em 2015, foi inaugurada a primeira escola quilombola no município de Angra dos Reis chamada Escola Municipal Áurea Pires da Gama, localizada na Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí. Até o presente momento da comunidade do Bracuí continua mobilizada em defesa de uma educação escolar quilombola que possa contribuir para o fortalecer do grupo mantendo viva suas tradições e garantindo seus direitos à cidadania.

REFERÊNCIAS

ARRUTI. J. M. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc, 2006.



BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT. P. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO. F.H. Abertura do Seminário “Multiculturalismo e Racismo” In: SOUZA. J. (org) et alii: *Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Paralelo 15.1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros*. Brasília: FNDE.SECAD/Ministério da Educação, Rio de Janeiro:REDEH. 2005.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, Programa Brasil Quilombola*. SEPPPIR. Brasília: 2013.

CANDAU, V. M. & MOREIRA, A.F. B. (2003) Educação escolar e cultura(s): Construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, nº23. p 156-168.

_____. *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GONÇALVES, M. A. R., RIBEIRO, A. P. A. *Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro*, Rio de Janeiro, Outras Letras Editora, 2012.

GOMES. F. REIS.J.J. *Introdução. Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

GOMES. F. Quilombos no Rio de Janeiro no século XIX. In: *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HENRIQUES, R. *Raça e Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação*. Brasília: UNESCO. 2002.

MELLO. M. M. *Reminiscência dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

THEODORO. M (Org), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a Abolição*, Brasília: IPEA. 2008.

VEIGA-NETO, A. Cultura e currículo. *Contrapontos*, v. 2, nº 4, jan-abr., p. 43-51, 2002.

_____. De geometrias, currículo e diferenças. *Educação e Sociedade*, nº 79, 2002, p. 163-186.

_____. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, p 5-15, 2003.

Breves Café / História do quilombo Santa Rita do Bracuí – Disponível em : <http://brevescafe.net/quilombodobracui.html>

Constituição Federal de 1988 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm



Documento final da CONAE de 2010 – Disponível em:
http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf - acesso em 10/12/2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

Lei 10.639/03 – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei10639.pdf>

Resolução nº 8 de 20 de Novembro de 2012 - Diretrizes Curricular Nacional para a Educação Escolar quilombola
Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_diretrizes_quilombola.pdf

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/59>

Facebook – Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí
Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombobracui/>

Endereço para Contato

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Educação Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros A/C Prof. Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã Rio de Janeiro – RJ Cep 20550-900. Sala 12.030 Bloco A e-mail:
neabuerj_semprenegro@yahoo.com.br

*Recebido em outubro de 2015
Aprovado em janeiro de 2016*